



## MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria Nacional de Segurança Hídrica

Conselho Gestor do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

ATA

### ATA DE REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE GESTÃO ANUAL (PGA) DO CONSELHO GESTOR DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL - CGPISF

Aos um dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, com início às dez horas e trinta minutos, por meio de videoconferência, utilizando o aplicativo *Microsoft Teams*, foi realizada a **4ª Reunião da Câmara Técnica do Plano de Gestão Anual (PGA) do Conselho Gestor do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (CGPISF)**. A reunião foi presidida pelo Sr. Bruno Cravo Alves, conselheiro suplente do MIDR e coordenador da Câmara Técnica do PGA. Estiveram presentes os seguintes conselheiros titulares: Sr. Paulo Lopes Varella Neto, do Estado do Rio Grande do Norte (RN), Sr. José Almir Cirilo, do Estado de Pernambuco (PE) e Sr. Elias da Silva, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF); e suplentes: Sr. Ramon Flávio Gomes Rodrigues, do Estado do Ceará (CE), Sr. José Procópio Lucena, do Estado do Rio Grande do Norte (RN) e Sra. Rosa Cecília Lima Santos, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF); e o Secretário Executivo do CGPISF, Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR). A reunião foi aberta pelo Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) que deu as boas-vindas e agradeceu a presença de todos. Em seguida, fez uma breve introdução do item de pauta: **Análise, debate e deliberação sobre o 2º pedido de revisão do PGA 2026 do PISF, em função da capacidade operacional do PISF, bem como da solicitação de alteração do planejamento de entregas ao Estado de Pernambuco**; que seria apresentado pelo Sr. Jimmu Ikeda Azevedo (MIDR), presidente da Comissão de Gestão de Prestação de Água Bruta (CGPS), no âmbito do Departamento de Projetos Estratégicos (DPE). O Sr. Jimmu Ikeda Azevedo (MIDR) iniciou a apresentação informando que esta revisão do PGA 2026 foi motivada pelo Operador Federal (MIDR) mas que, ao longo do trabalho, surgiu também um pedido de revisão por parte do Estado de Pernambuco, que foi incorporado, tornando-se uma revisão conjunta. Assim, destacaram-se duas motivações principais: os relatórios apresentados pelos Consórcios Operadores do PISF, que indicaram desafios que impedem a entrega das vazões máximas nos Eixos Norte e Leste, e a solicitação de Pernambuco para alteração de vazões, em função da ausência de chuvas esperadas no estado, remanejando os volumes dos meses de março, abril e maio da TUD Terra Nova, para os meses de março a junho da TUD Muquém, não promovendo alteração na vazão média anual e respectivos volumes de entrega aprovados para o Estado de Pernambuco. Na sequência, foram detalhadas essas motivações, com destaque para os limites operacionais informados (devido às intervenções necessárias em ambos os eixos), resultando em uma capacidade firme de entrega de 8,00 m<sup>3</sup>/s no Eixo Norte e 8,00 m<sup>3</sup>/s no Eixo Leste. Como exemplo, foram apresentados os limites operacionais no mês de janeiro de 2026 em ambos os eixos, evidenciando demanda solicitada acima da capacidade firme de entrega. Em seguida, foram apresentadas as diretrizes da análise realizada, sendo três: (1) priorização das vazões mínimas, exceto quando violarem o teto operacional; (2) entregas subordinadas à capacidade operacional dos Eixos Norte e Leste; e (3) programação especial nos meses de maio e setembro (Eixo Leste) e outubro (Eixo Norte), em função de paralisações programadas para manutenção e reparo do sistema. Foi apresentado um gráfico indicando que, até outubro, o Eixo Norte terá capacidade máxima de 8,00 m<sup>3</sup>/s e, a partir de novembro, com o funcionamento de dois conjuntos motobombas, poderá alcançar até 16,29 m<sup>3</sup>/s em dezembro. Já no Eixo

Leste, ao longo de todo o ano, a vazão máxima permanecerá em 8,00 m<sup>3</sup>/s, com exceção dos meses de maio e setembro, devido às paralisações programadas. Por fim, foram apresentadas as principais conclusões do segundo pedido de revisão do PGA 2026: acatar parcialmente a demanda de Pernambuco; ajustar a programação das vazões máximas conforme a capacidade do sistema; e manter a operação em condições especiais durante períodos de paralisação. Destacou-se ainda que o MIDR não utilizará água dos reservatórios, considerando a limitação operacional insuficiente para a recuperação do sistema. O Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) concluiu que a revisão preserva os limites operacionais do sistema e a adequação das vazões. Destacou o prazo para a retomada dos dois conjuntos motobombas no Eixo Norte e ressaltou que, até que ambos estejam em operação, será necessário esforço coletivo para adequar as vazões. A ideia é não interromper o fornecimento a nenhum estado, embora sejam necessárias limitações devido à realidade operacional. Em seguida, a palavra foi aberta para contribuições. O Sr. Ramon Flávio Gomes Rodrigues (CE) destacou que, para o Estado, o ideal seria receber vazões mais substanciais no início do ano (fevereiro, março e abril), o que não foi possível diante da situação apresentada pelo MIDR. Por fim, registrou que a água não recebida até junho possui custo inferior àquela que será recebida a partir de julho e manifestou interesse em realizar uma reserva de preço para o futuro, informando que irá oficializar a solicitação e avaliar a melhor forma de encaminhamento. O Sr. Jimmu Ikeda Azevedo (MIDR) esclareceu que as maiores vazões para o portal de entrega do Cinturão das Águas do Ceará (CAC) foram alocadas para os meses de novembro (5,65 m<sup>3</sup>/s) e dezembro (9,30 m<sup>3</sup>/s), quando o Eixo Norte contará com dois conjuntos motobombas. Em seguida, o Sr. Rodrigo Vasconcelos (CE), convidado pelo Sr. Ramon (CE) a participar da reunião, destacou que a situação de chuvas na região metropolitana de Fortaleza está abaixo do esperado e que, mesmo ocorrendo chuvas ao longo do ano, elas podem ajudar ao final, mas não representam uma condição ideal. Citou que, em 2022, foram observadas perdas no trecho, que chegaram a quase 80%. Além disso, informou que o Estado ainda não solicitou formalmente a revisão do PGA ao MIDR, mas que recebeu da Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (CAGECE) um ofício informando de que captação prevista no Ponto de Entrega SISAR Gentil será ampliada. Sugeriu então aproveitar a reunião para solicitar o ajuste das vazões no PGA 2026 no Ponto de Entrega SISAR Gentil, no período de março a dezembro, sendo: vazão mínima de 0 para 0,0050 m<sup>3</sup>/s (5 l/s) e vazão máxima de 0,0020 m<sup>3</sup>/s para 0,0150 m<sup>3</sup>/s (15 l/s). O Sr. Jimmu Ikeda Azevedo (MIDR) explicou que, na metodologia adotada, situações com vazão mínima igual a zero foram as mais prejudicadas, citando como exemplo a SISAR Gentil, cuja vazão mínima era zero e que, devido à limitação operacional do PISF, teve sua vazão máxima significativamente reduzida. O Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) destacou a importância de verificar os casos de sistemas que captam água em reservatórios, uma vez que os volumes armazenados, que possuem resiliência, não foram considerados na disponibilidade de entrega. Sugeriu analisar caso a caso as pequenas captações de sistemas de abastecimento, avaliando se a manutenção das programações não traria impactos significativos, desde que estejam associadas a reservatórios. O Sr. Rodrigo Vasconcelos (CE) esclareceu que essa situação se aplica apenas ao SISAR Gentil. O Sr. Jimmu Ikeda Azevedo (MIDR) ficou de analisar tecnicamente a situação do SISAR Gentil. Em seguida, o Sr. José Almir Cirilo (PE) informou que, apesar de o pedido do Estado ter sido apenas parcialmente acatado, a avaliação da equipe técnica é de que atende ao momento, declarando-se satisfeito. Aproveitou para perguntar sobre a operacionalidade do sistema do reservatório de Gois, instalado pelo Estado, e se há previsão de manutenção no curto prazo. O Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) respondeu que está em fase final de modelagem para contratação, com expectativa de conclusão dos trâmites internos até abril, visando à execução no segundo semestre de 2026. Na sequência, o Sr. Nelson César Fernandes Santos (RN), convidado pelo Sr. Paulo Varela (RN) a participar da reunião, informou que a ANA ordenou, a partir do dia 31/03/2026, uma redução da vazão no portal de Caiçara, de 4,40 m<sup>3</sup>/s para 2,74 m<sup>3</sup>/s, alterando substancialmente a entrega para o Estado do Rio Grande do Norte. Informou que pelos cálculos, há uma perda de 38% desde São Gonçalo até a divisa PB/RN, que passaria a receber 1,70 m<sup>3</sup>/s e que seria interessante debater futuramente como repor esses volumes. O Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) explicou que foi acatada uma solicitação da ANA para otimizar a gestão do sistema hídrico local no Rio Grande do Norte, sem alterar o volume de água entregue pelo PISF. A estratégia consiste em reduzir o envio direto para o reservatório de São Gonçalo, evitando seu vertimento, enquanto a água é acumulada em outros reservatórios, como Engenheiro Avidos. Mesmo com ajustes operacionais em função das chuvas e dos aportes recentes, a vazão final entregue ao estado, a partir de São Gonçalo, permanece conforme o planejado, sem prejuízo ao abastecimento. O Sr. Nelson César Fernandes Santos (RN) destacou que com a redução da vazão em São Gonçalo o Estado do RN receberá menos água. O Sr. Bruno Cravo Alves

(MIDR) reforçou que, conforme acordado com a ANA, a Agência pode ajustar a operação e os balanços hídricos no sistema local da forma mais conveniente, desde que seja mantido o volume de entrega de água estabelecido. Destacou que, como não houve comunicação de mudanças em São Gonçalo, não se espera alteração nas entregas ao Rio Grande do Norte. Por fim, sugeriu agendar reunião com entre MIDR, ANA e RN. Adiante, o Sr. Elias da Silva (CBHSF) agradeceu pela participação e ao Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) pela participação em uma reunião recente do CBHSF em Belo Horizonte, considerada bastante positiva, e informou que será feito um convite formal para uma apresentação na próxima reunião plenária em Aracaju. Na sequência, trouxe as discussões ocorridas em uma audiência pública, mencionando que foi aprovada uma vazão mínima de liberação no açude Poço da Cruz. Diante disso, questionou se já houve alguma solicitação formal para o Estado de Pernambuco para integrar o açude Poço da Cruz ao PISF. O Sr. José Almir Cirilo (PE) informou que recebeu a demanda e está em tratativas com o MIDR e DNOCS para reunir esforços, tendo em vista a preocupação em liberar água do PISF para um sistema que está bastante prejudicado. Por fim, citou uma proposta de parceria com o Banco Mundial, com o objetivo de buscar recursos para tratar de questões de irrigação no estado, e que esse tema pode ser incluído. Concluindo sua fala, o Sr. Elias da Silva (CBHSF) informou que o CBHSF está buscando, com a atualização do Plano de Bacias, aproximar-se mais dos estados receptores. Explicou que a integração com esses estados está sendo ampliada e que é necessário definir a denominação da bacia complementar no plano. Informou ainda que está planejando com o MIDR uma “expedição da transposição” para integrar o CBHSF com os Estados. Em seguida, o Sr. Paulo Lopes Varella Neto (RN) destacou a importância de manter reuniões regulares, incluindo momentos que não sejam apenas para revisão, para acompanhar a implementação prática do PISF, que já começa a se materializar e mostra sua relevância para a gestão hídrica no Nordeste. Ressaltou que, apesar das chuvas recentes, os grandes reservatórios ainda não se recarregaram completamente, e que o segundo semestre de 2026 será crítico para garantir a operação adequada do sistema, especialmente a partir de junho, quando se espera iniciar a operação do Túnel Major Sales e recuperar volumes essenciais para o abastecimento até outubro. Enfatizou que a gestão hídrica precisa ser dinâmica, ajustando-se diariamente às condições reais das chuvas, e que programações de vazão devem ser confiáveis, mesmo sabendo que há fatores imponderáveis que limitam a ampliação de vazões. Trouxe novamente a questão sobre a redução em Caiçara para 2,74 m<sup>3</sup>/s, ressaltando que essa redução seja reposta futuramente. O Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) reiterou que o foco é na saída de São Gonçalo, e que esse valor a ser entregue quem estabelece é o Operador Federal. Ressaltou novamente a necessidade de reunião conjunta entre MIDR, ANA e RN para esclarecer as dúvidas quanto a este assunto. Dando prosseguimento, o Sr. José Procópio Lucena (RN) apresentou a seguinte dúvida: em uma apresentação anterior, foi informado que, a partir de julho, o Eixo Norte já estaria com duas bombas, enquanto na apresentação atual a previsão passou para outubro. O Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) explicou que o prazo refere-se às intervenções das obras civis na EBI-2 e na EBI-3, que é de seis meses. O contrato já foi assinado, porém há dificuldades na apresentação da contratação de seguros pela empresa, impedindo a emissão da Ordem de Serviço. A expectativa é que essa questão seja resolvida ainda no mês de abril e, a partir disso, comece a contagem dos seis meses para a disponibilidade operacional das duas bombas na EBI-2 e EBI-3. O Sr. José Procópio Lucena (RN) destacou que o período entre agosto, setembro e outubro é o de maior necessidade de uso dessas águas. Assim, caso o cronograma seja cumprido, considera que ele está adequado. Por fim, o Sr. Paulo Lopes Varella Neto (RN) perguntou se apenas com a intervenção das EBI-2 e EBI-3 é suficiente para atingir os 16,29 m<sup>3</sup>/s em dezembro, pois a apresentação citava outras intervenções, como a recuperação do dique Negreiros. O Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) respondeu que sim e informou que o MIDR também está prevendo outras intervenções, principalmente nos canais, a fim de que não sejam limitantes para operação com duas bombas a partir de outubro. Por fim, o Sr. Auricélio Costa (RN), convidado pelo Sr. Paulo Varella (RN) a participar da reunião, relembrou discussões passadas e perguntou se a operação com 2 conjuntos motobombas no Eixo Norte poderia ter problema no nível de Negreiros, e conseqüentemente o aumento de surgência e possibilidade de carreamento. O Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) informou que Negreiros atualmente possui restrição operacional e há uma relação direta entre o nível do reservatório e os valores de percolação. A intervenção que o MIDR projetou prevê a execução de uma ensecadeira a título de segurança. Assim, a primeira atividade a ser realizada em Negreiros será a construção da ensecadeira, a fim de evitar esse problema. **Encerradas as discussões, foi colocado em votação o 2º pedido revisão do PGA 2026, conforme apresentado pelo MIDR, bem como os demais ajustes solicitados na reunião pelo Estado do Ceará a serem analisados tecnicamente pelo MIDR. Não houve objeções, sendo recomendada a**

**aprovação do 2º pedido de revisão do PGA 2026 ao Sr. Presidente do CGPISF, a fim de que possa encaminhar formalmente, em nome do Conselho, o pedido de revisão à ANA.** Antes do encerramento da reunião, o Sr. José Procópio Lucena perguntou se os relatórios de estudos de perdas no leito natural do Rio Piranhas-Açu, elaborados pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB), poderiam ser compartilhados. O MIDR irá compartilhá-los, e o Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) mencionou a realização de uma agenda do MIDR com os Estados sobre esse assunto. Por fim, encerrando a reunião, o Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) informou que o MIDR recebeu uma provocação do CBHSF e irá encaminhar uma proposta de visita ao PISF, pretendendo finalizar com uma reunião conjunta com os estados receptores. O roteiro será iniciado na captação, passando pelo município de Salgueiro, considerado o coração da operação, e, posteriormente, incluirá visitas às obras do Ramal do Apodi e do Ramal do Salgado. A reunião deverá ocorrer no canteiro de Cajazeiras. Informou ainda que convidará oportunamente os Estados, destacando que se trata de uma oportunidade relevante para somar esforços em relação à revitalização e à segurança da disponibilidade hídrica do Rio São Francisco. Ressaltou também que todos os atores envolvidos reconhecem a importância do PISF para o planejamento hídrico de toda a região. Informou que está finalizando a proposta de agenda, que será encaminhada ao CBHSF, e antecipou o convite para essa agenda de integração. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual, para constar, eu, Stanley Rodrigues Bastos, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, vai por todos assinada eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Lopes Varella Neto, Usuário Externo**, em 08/04/2026, às 14:27, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **José Almir Cirilo, Usuário Externo**, em 08/04/2026, às 17:27, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rosa Cecília Lima Santos, Usuário Externo**, em 09/04/2026, às 08:44, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **José Procópio de Lucena, Usuário Externo**, em 09/04/2026, às 11:21, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ramon Flávio Gomes Rodrigues, Usuário Externo**, em 09/04/2026, às 11:46, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ELIAS DA SILVA, Usuário Externo**, em 09/04/2026, às 15:42, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Cravo Alves, Diretor(a) do Departamento de Projetos Estratégicos**, em 09/04/2026, às 16:22, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **6593825** e o código CRC **885CBEF1**.